

DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA A PARTIR DA GEADA DE 1975 NO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI/PR

Michely Cinquini Freire da Silva¹

RESUMO

O presente texto é resultado de um Projeto de Iniciação Científica, vinculado a Universidade Estadual de Maringá, cujo o objetivo foi a compreensão do processo de diversificação da agricultura familiar camponesa no município de Mandaguari – Paraná, tendo como recorte temporal o ano da geada ocorrida em 1975. Para compreendermos o processo de diversificação da agricultura familiar camponesa deste município, se fez necessário entendermos também a ocorrência do processo de colonização dele, tendo em vista que a base da estrutura fundiária do Estado do Paraná, naquele contexto, esteve voltada também para a pequena propriedade e, cabe salientar que o pequeno produtor foi um dos grandes responsáveis pela economia paranaense durante as décadas de 1950 e 1960.

Palavras-chave: Agricultura, camponesa, diversidade.

INTRODUÇÃO

O presente texto é resultado de um Projeto de Iniciação Científica, cujo o objetivo foi a compreensão do processo de diversificação da agricultura familiar camponesa no município de Mandaguari – Paraná, tendo como recorte temporal o ano da geada ocorrida em 1975. Para compreendermos o processo de diversificação da agricultura familiar camponesa deste município, se fez necessário entendermos também a ocorrência do processo de colonização dele, tendo em vista que a base da estrutura fundiária do Estado do Paraná, naquele contexto, esteve voltada também para a pequena propriedade e, cabe salientar que o pequeno produtor foi um dos grandes responsáveis pela economia paranaense durante as décadas de 1950 e 1960.

Mandaguari é um município brasileiro localizado no norte central do estado do Paraná. A história da colonização do município de Mandaguari está relacionada diretamente ao processo de ocupação da região do Norte do Estado Paraná. Teve início na década de 1950, passou pela colonização privada, ou seja, o governo repassa essas terras para uma loteadora que fica responsável pela divisão e venda dos lotes, deste modo é empregada repartição de

¹ Universidade Federal da Grande Dourados mihcinquini@gmail.com

terras, mesmo estando em fase de ocupação, ainda existe meios ilícitos de acesso a terra, sendo a grilagem e a posse sem amparo legal.

Nos dedicamos a este tema, pelo fato desse município ao longo de sua história ter sido palco da pequena propriedade e da cultura cafeeira como principal economia, também o fato de termos poucos trabalhos referente a este tema.

Cabe ressaltar também que um dos motivos pelo qual nos debruçamos sobre este tema foi a contribuição para o conhecimento geográfico sobre o processo de modernização da agricultura e como ela foi capaz de transformar toda a economia de um Estado, com isto podemos também compreender outros processos como o êxodo rural e inchaço dos centros urbanos, atrelando conceitos geográficos a fatos evidenciados através da história oral relatada através dos protagonistas deste processo.

Tendo em vista a excelente qualidade do solo e do clima favorável e a abundância de cursos d'água localizados nesta região e um relevo pouco acidentado, estes são aspectos extremamente favoráveis ao plantio e produção cafeeira, produto que na época era o “carro chefe” da economia brasileira, todos esses atributos foram capazes de atrair o elemento humano. Também não podemos deixar de enfatizar o grande interesse por parte do governo em povoar esta área.

Para tanto, se fez por meio da utilização da propaganda, promovendo a ocupação com pessoas vindas de diversas partes do Brasil como mineiros, paulistas, nordestinos, atraídos pela boa fama referente a qualidade do solo, sonhando em ter o seu “pedaço de terra” para ali produzir e sustentar suas famílias, também existia famílias vindas de outros países, inclusive europeus como italianos, portugueses, espanhóis, alemães, poloneses entre outros e asiáticos como japoneses que vinham fugindo da guerra e da fome que se arrastava pelos continentes Europa e Ásia após a segunda Guerra Mundial em busca da liberdade e da reconstrução de suas vidas.

METODOLOGIA E CONCEITOS ABORDADOS NA PESQUISA

Utilizamos como metodologia nesta pesquisa um referencial bibliográfico que nos permitiu compreender os conceitos abordados nesse trabalho. A busca de documentos em órgãos oficiais como IBGE, INCRA, Prefeitura Municipal de Mandaguari, através da Secretária de Agricultura desse município, COCARI, que nos fornecaram dados primordiais para a conclusão desta pesquisa (órgãos públicos), também fizemos uso da pesquisa de campo

com agentes históricos deste processo que foram fontes essenciais tanto para o entendimento desta transformação no processo agrícola sofrido neste município.

Igualmente, a coleta de dados no trabalho de campo, que teve como elemento primordial a fonte oral foi a base da sustentação empírica de entendimento da pesquisa.

Desta maneira, tendo em vista que o nosso enfoque foi agente colonizador, neste caso o camponês, personagem central desse processo histórico e social foi essencial o contato direto com as famílias que ali construíram sua história e contribuíram para a construção da história do município de Mandaguari. Através de um contato direto com as pessoas que viveram e passaram por essa transformação do processo produtivo, usamos a entrevistas que nos serviu como base dos dados, que foram indispensáveis na construção desta pesquisa.

A história contada oralmente é um método de pesquisa que privilegia o acesso a informações diretamente das fontes que testemunharam todo o acontecimento e, esse método produz fonte, que são os depoimentos, as narrativas, as quais são colhidas através da técnica de entrevista, que ficam à disposição dos estudiosos. Queiroz (1991, p. 5) afirma que:

(...) A história oral pode captar a experiência efetiva dos narradores, mas destes também recolhe tradições e mitos, narrativas e ficção, crenças existentes no grupo assim como relatos de contadores de história. (...) Na verdade, tudo que se narra oralmente é história, seja história de alguém, seja história de um grupo, seja história real, seja ela mítica.

Em concordância com autores que fazem referência à esta metodologia podemos afirmar que é inegável a riqueza nos detalhes de informações captadas pelas histórias contadas oralmente por esses agentes históricos que ali viveram.

José Carlos Sebe Bom Meihy (1996, p. 13) afirma que a “história oral é um recurso moderno usado para elaboração de documentos, arquivamentos de estudos referentes a vida social das pessoas [...]”. O autor diz ainda que a “história oral tem que responder um sentido de utilidade prática e imediata” (MEIHY, 1996, p. 13). E continua afirmando que a base da história oral é o depoimento gravado e que a história oral é constituída de três principais fases, sendo elas: a gravação do depoimento, a transcrição da gravação e por último a análise do material elaborado.

Segundo o autor, a história oral de vida, é mais subjetiva do que objetiva, pois, é dada ao entrevistado a liberdade de relatar abertamente sua história de vida. No que diz respeito a

subjetividade da história de vida contada oralmente, devido a liberdade ofertada ao depoente, Queiroz (1983), salienta:

Na utilização da “técnica da liberdade”, uma vez escolhida o tema e a escolha do informante, durante o decorrer das gravações este último passa ter certa autonomia em relação ao pesquisador, no que diz respeito à abordagem do tema e o fornecimento de informações, ele mesmo governa a escolha do que vai dizer, os seu ritmo, a ordenação dos assuntos com o mínimo possível de influência exterior possível sobre o que diz e o que faz saber. E é nesta autonomia do informante que reside o ilimitado potencial do que pode fornecer. Qualquer informação se torna, então, proveitosa, podendo abrir horizontes que o pesquisador não suspeitara (QUEIROZ, 1983, p. 68).

Dito isto sobre a fonte oral, passaremos a discutir os conceitos teóricos que foram fundamentais para desenvolvimento desta pesquisa. Damos enfoque ao conceito colonização, e os principais agentes de nossa pesquisa foram os colonizadores.

Tendo em vista este enfoque é indispensável utilizarmos autores que fazem referência a esta temática como, Assunção (1996), Santos (1989) e Haracenko (2002). Neste sentido, para Assunção (1996), a colonização é uma forma de aproveitamento econômico da terra, neste sentido Colonização:

É toda atividade oficial ou particular, destinada a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em lotes ou parcelas de tamanho equivalentes no mínimo ao de uma propriedade familiar, para serem explorados por unidade familiares ou sob a forma de cooperativa (ASSUNPÇÃO, 1996, p. 51).

Por sua vez Santos (1989), afirma que o “processo de colonização agrícola constitui um processo social complexo, de uma dupla dimensão, espacial e temporal, que faz interagir forças sociais e deste modo, produz relações sócias” (SANTOS, 1989, p. 112).

Haracenko (2002) diz que: “A colonização sempre esteve a mercê do Estado, e acompanhou a estratégia para expandir o capital sobre os novos territórios (HARACENKO, 2002, p. 37) em concordância a Santos (1989) avalia que “A colonização constitui uma forma de produção social sobre um determinado meio natural e, portanto trata-se de um processo social cuja especificidade cumpre tentar reconstruir e explicar” (SANTOS, 1989, p. 104). Neste processo nota-se que o Estado tem objetivo puro e simples de expansão econômica, sempre mantendo o controle político sobre o espaço.

Em nossa pesquisa podemos constatar que a colonização do espaço em questão foi concretizada por meio do processo de ocupação pelas famílias vindas de diversas partes do

mundo, ou seja, entre elas temos brasileiros vindos de outras regiões anteriormente colonizadas e exploradas em sua totalidade, vinham em busca de melhores meios de sobrevivência, e também estrangeiros que traziam em suas bagagens a cultura do trabalho e a vontade de prosperar, pois de onde vinham não haviam condições mínimas de sobrevivência, de tal modo que estavam dispostos a trabalharem o quanto necessário for para alcançarem seus objetivos. Também julga-se essencial para o desenvolvimento desta pesquisa trabalharmos com o conceito de camponês, sujeito importante nesse processo de colonização. Neste sentido utilizamos para a definição de camponês autores como Oliveira (2007), Paulino (2003) e Shanin (2005).

Conforme Oliveira (2007), o camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo sendo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)imigrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações.’

Com isso, fica evidente, que o modo capitalista de produção é um sistema contraditório onde o camponês cria e recria estratégias para permanecer no campo, utilizando mecanismos não capitalistas de produção, neste caso o campesinato e a terra deve ser vista como renda capitalizada.

De acordo com Paulino (2003), a expressão camponeses, identifica-se, via de regra, por lavradores, agricultores ou sitiantes. Neste caso entendemos que o fato da palavra camponês não ser usual aos próprios camponeses não invalida enquanto conceito, até por que no Brasil essa foi incorporada apenas na história recente, surgindo como expressão política do lugar comum desses sujeitos na estrutura de classe.

Para Shanin (2005), camponês é uma mistificação. O autor afirma que , um camponês não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico, em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo.

Os autores aqui mencionados tratam o camponês como um sujeito histórico e complexo, conforme aprendemos sobre este sujeito, fica claro o poder que o mesmo possui em se reinventar dentro do espaço rural, buscando alternativas para ali se manter.

Sendo assim a agricultura familiar é um sistema limitado por depender de fatores naturais, tendo como base os membros desta família como força de trabalho. Porém em países

capitalistas centrais a agricultura familiar é uma criação do Estado passando a adotar conjunto de políticas que visa regulamentar o nível de oferta agrícola, estas características são percebidas a partir do período fordista, dando ênfase na dispersão da oferta, não constituindo um setor de alta lucratividade.

Nesta situação, o agricultor familiar não se limita à função de fornecedor de excedente para grupos econômicos vinculados à comercialização e/ou processamento de produtos agrícolas, mas, muitos mais do que isto, sua função passa a ser a de garantir o “abastecimento alimentar abundante, a preços estáveis, contribuindo assim para o processo de formação dos novos padrões de consumo característicos da expansão capitalista posterior à Segunda Guerra Mundial” (ABRAMOVAY, 1992, p. 257).

Em análise a todo este processo, nota-se que ele nada mais é, parte de um estágio do desenvolvimento do sistema capitalista se fortalecendo em atividades não-capitalistas.

RESGATE HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

De acordo com a Prefeitura do Município de Mandaguari (2016), no ano de 1924, ocorreu a colonização do Norte do Paraná com a vinda da Missão Montagu², de origem inglesa. Nela acompanhava Lord Lovat sendo seu nome verdadeiro Simon Frazer que mais tarde daria seu nome ao patrimônio de Lovat, atualmente chamado Mandaguari, quando nessa região chegou se maravilhou com a imensa floresta verde que aqui existia e com a excelente qualidade da terra constatada nas primeiras experiências em lavouras de algodão visando atender a indústria têxtil britânica, mas não teve o êxito esperado. Em 1925 surgia a Companhia de Terras do Norte do Paraná (CNPP) e tinha como presidente Lord Lovat. Os conflitos entre posseiros dificultavam o desenvolvimento da região, assim em 1929 o governo do Estado por meio do então Governador Afonso Camargo adquiriu 515,00 alqueires de terras propondo acabar com os conflitos. A proposta era resolver as questões que pudessem surgir, então em 1930 começam a chegar desbravadores e no mesmo ano surge o patrimônio de Três Bocas (hoje Londrina).

² Missão financeira inglesa chefiada por Edwin Samuel Montagu que chegou ao Rio de Janeiro em 30 de dezembro de 1923, durante o governo de Artur Bernardes (1922-1926). O objetivo era avaliar o estado das finanças do Brasil, que solicitava um empréstimo aos banqueiros ingleses. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MISS%C3%83O%20MONTAGU.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

O Estado do Paraná, entre as décadas de 1920 e 1960, apresentou um expressivo crescimento populacional evoluindo de 12º, com 685.711 habitantes, para o 5º lugar, com 1.236.276 habitantes entre os Estados brasileiros de acordo com Brasil (2000). Tal avanço se deu devido a expansão de grandes áreas de terras ainda inexploradas no Norte e Oeste do Estado.

Conforme a descrição de intelectuais como historiadores, sociólogos, geógrafos, enfim inúmeros estudiosos das Ciências Humanas o processo de ocupação do norte do Paraná é descrito como um processo impar na história do Brasil, caracterizando como “faixa pioneira ou zona pioneira brasileira”.

O sentido da colonização dos trópicos como sendo o de uma vasta empresa comercial colada à um amplo movimento de expansão comercial européia intensificada a partir do século XV, capta apenas parcialmente a essência das transformações da época. Na realidade tal expansão comercial é apenas uma dimensão de um processo maior, que foi o da constituição do modo de produção capitalista (PRADO JR., 1979, p. 34).

Já em posse de um grupo de brasileiro em 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, mas mantendo os mesmo critérios nos objetivos de colonização em 1951 passando adotar a denominação de Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná.

Neste contexto as atividades voltadas à cafeicultura deram o impulso necessário para que a economia local se consolidasse nesse no modelo agroexportador baseado na monocultura que caracteriza o Complexo Rural no Norte do Estado do Paraná. Entre as décadas de 1930 a 1950 o café foi o fator mais atrativo de população que se caracterizava predominantemente rural.

Com base no Censo realizado em 1950³, que constata que “Mandaguari era o segundo município mais populoso do Estado, vindo atrás de Curitiba, porém este fato se dava por Mandaguari possuir inúmeros distritos populosos como Maringá, Marialva, Mandaguaçu, Nova Esperança e Paranavaí, nesta ocasião possuía cerca de 101.657 habitantes em uma área de 14.000 km². A sede Mandaguari possuía 16.153 habitantes”.

Em 1950 a base da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná – CMNP- veio a ser transferida para Maringá, esse fato representou um grande golpe para Mandaguari. “O movimento caiu abruptamente, centenas de pessoas deixaram a cidade segundo a companhia”

³ IBGE. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. VIII Recenseamento Geral - 1970. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/311/cd_1970_sinopse_preliminar_pr.pdf>. Acesso em: 2016.

(SILVA, 1982, p. 4). Após o desmembramento de todos os seus distritos, em 1957 Mandaguari tinha uma população de 21.000 habitantes.

Com a perda de boa parte da sua área o município acaba perdendo também a soberania na produção do café, conseqüentemente a arrecadação do município. Tendo em vista este desfecho já entre o final da década de 1950 e início de 1960 a monocultura cafeeira no seu sentido mais pleno já não ocorre no município de Mandaguari devido a considerável presença de pastagens, este fato é devido principalmente às condições topográficas desfavoráveis para o café em algumas áreas do município, além disso havia outras culturas como o milho e o feijão, cultivados paralelamente ao café, na maioria dos casos utilizadas como lavoura de subsistência.

Pode-se notar dados no mínimo curiosos com relação a agricultura neste município: data de 1955 a introdução da primeira lavoura de cana-de-açúcar em Mandaguari sendo utilizada em alambiques para produção de água ardente, mesmo muito antes do mercado dar sinais de que o café estava com seu tempo de glória chegando ao fim e um novo processo dava sinais de que estava para se iniciar.

Neste período Mandaguari já havia passado pelo processo de colonização e estava em seu estágio produtivo em desenvolvimento, no qual a base era a pequena e média propriedade voltada para cafeicultura como lavoura de mercado e outras lavouras intercaladas como feijão, milho até mesmo a pastagem e criação de gado de leite como cultura de subsistência. Oliveira (2007, p. 11) descrevendo sobre a relação capitalista e não capitalista diz que:

é o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalistas e não-capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento. O que significa dizer que o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de *dentro* do capitalismo e não de *fora* deste.

Continua o autor afirmando que: “De modo geral, a agricultura desenvolveu-se em duas direções: de um lado, a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos; de outro, a agricultura baseada na articulação com as formas de produção não-capitalistas” (OLIVEIRA, 2007, p. 20).

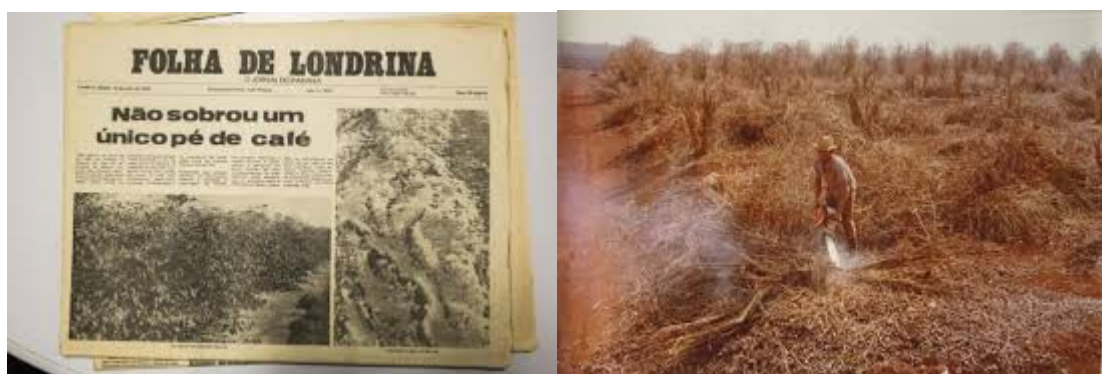
O processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção tem necessariamente que ser entendido no seio das realidades históricas concretas, ou seja, no seio da formação econômica-social capitalista.

Neste sentido, mais à frente, no próximo capítulo, serão tratadas as mudanças no cenário agrícola do Estado do Paraná e a mecanização da agricultura.

AS MUDANÇAS NO CENÁRIO AGRÍCOLA DO ESTADO DO PARANÁ E A MECANIZAÇÃO DA AGRICULTURA

O fracasso da cultura cafeeira deve-se a vários motivos dentre eles, a interferência da economia exterior, que já não conseguia absorver a super produção do café brasileiro, que conforme dados do IBC (Instituto Brasileiro do Café), chegou a uma marca de 26 milhões de toneladas do produto estocado no IBC, mesmo com a intervenção do governo que não media esforços para fazer com que o preço do produto voltasse a subir tornando o novamente lucrativo. A solução imposta pelo governo, naquele momento em que a produção era grande e o mercado não absorvia tal produção, a medida tomada pelo governo era pressionar os produtores a diminuir o espaço ocupado pelas lavoura de café e introduzirem outras culturas. Na safra de 1961 e 1962, somente a região Norte do Paraná era responsável pela produção de 45% de todo o País, conforme dados do IBC, 1977.

Dando sequencia ao processo de modernização da agricultura, que foi acelerado na região Norte do estado, devido ao fenômeno climático denominado Geada Negra, a qual aos 18 dias do mês de Julho de 1975, que coloca fim ao grande ciclo de produção e conseqüentemente a pequena propriedade entra em crise, neste sentido uma nova realidade passa a fazer parte da vida no campo.



Pés de café foram cortados. Para que dessem fruto de novo, seriam necessários três anos. Acervo Museu de Londrina/R. Kretch

O processo de transformação sofrido no cenário agrícola do Estado do Paraná, particularmente na região Norte do Estado, onde a estrutura fundiária está vinculada a

pequena propriedade e a produção cafeeira, sabendo que ao longo de décadas tenha sido o forte produto da econômica paranaense, e do município aqui sendo tratado como recorte espacial desta pesquisa. O produção do café é tida como lavoura de mercado devido a fatores considerados favoráveis, como clima e solo, também é atribuída à experiência dos proprietários. Serra (1991, p. 80), diz:

As lavouras de subsistência possibilitavam ao agricultor se manter nos períodos de entressafra porque além de ter garantido a alimentação da família, algum excedente acabava sendo comercializado, proporcionando uma renda extra para gastos emergenciais. O agricultor tinha no café o vínculo efetivo com mercado e nas lavouras de subsistência a garantia da reprodução de sua força de trabalho, sendo que para o grande volume de mão-de-obra necessário para tocar as lavouras, podia contar com a força de trabalho não remunerado.

Neste sentido o autor faz referência ao modo de vida do camponês e de sua família, que mesmo dispondo de pouco capital ele era capaz de se manter, bastando apenas que o mercado se mantivesse estável. Em depoimentos o senhor Jorge Cinquini, um dos pequenos proprietários que adquiriram lotes na zona rural do município de Mandaguari, conta sua história:

Meu pai veio na barriga da mãe dele e nasceu no Rio de Janeiro e, a mãe nasceu na Itália e veio pro Brasil ainda menina. Se encontraram em Minas Gerais anos mais tarde lá pela década de 30 e, lá eu nasci em 1942, na cidade de Carangóla. Mais era muito seco não dava nada, aí resorveram vim pro Paraná em 1956. Cheguei aqui tinha 14 ano e a cidade tava começando, já tinha muito café plantado, não só em sítio pequeno, também tinha fazenda com mais de 100 arquere de café e, foi numa dessas fazenda, que chamava Fazenda Alegria, que nós trabalhávamos tocando café pra comprar o nosso sítio que na época fizemos um “papagaio” e pegamos um dinheiro no banco e compramos 20 arqueres e formamos pasto pro gado de leite e continuamos tocando o café. Nós conhecemos o dono dessa fazenda lá em Minas e ele tinha fazenda lá e, ele não podia voltar pro Paraná porque táva fugido da polícia [...], daí arrumamos pra nós tocamos o cafezal da fazenda, enquanto ficava pra lá, e, nessa fazenda tinha muitas família. Foi aí que quando eu tava com dezanove ano eu casei com a Ireni e nós tomamos um pouco emprestado no banco. Na época tinha um empréstimo pra quem quisesse mexer com café. O juro era bem baxinho e compramos uma terrinha de 2 arquere e meio, encostadinha no sítio do pai e começamos mexendo com nosso café, uma lavoura bonita que dava gosto de ver. A vida na roça é muito ingrata, passa a vida interinha com a inxada na mão e nem uma casa que presta tinha. Nós tivemos 6 filhos e eles tudo ia pra roça desde pequeno, nem estudaram coitado, só aprenderam a ler (CINQUINI, 2016)⁴.

O “papagaio” no qual o Senhor Jorge se refere é uma espécie de consórcio ou sociedade entre os membros das famílias, eles se juntavam e compravam um lote de terras e

⁴ Entrevista concedida pelo Sr Jorge Cinquini em 29 de Fevereiro de 2016 em sua propriedade, localizada no município de Mandaguari-PR.

após o pagamento da mesma dividiam entre si, porém conforme relatos isto gerava alguns conflitos, pois nem todos poderiam ficar com uma terra de boa qualidade ou até mesmo nascentes d'água.

Havia muitas grandes propriedades com muitos colonos que cuidavam dessas lavouras, neste sentido nota-se que muitos desses imigrantes que se fixavam na região, por não terem ainda condição de adquirirem suas propriedades trabalhavam de empregados para conseguirem a tão sonhada terra e mesmo depois de adquiri-las ainda sim continuavam a trabalhar nessas grandes propriedades.

Quando se trata da grande propriedade observa-se o fato de que alguns membros da família trabalhavam como mão-de-obra não remunerada, até mesmo os filhos pequenos com idade escolar enfrentavam a escola somente nas séries iniciais a fim da alfabetização e logo após que voltam da escola rural iam trabalhar juntamente com seus pais e irmão mais velhos.

Mesmo antes da grande geada negra de devastou totalmente as lavouras existentes na época, a condição de sobrevivência dos camponeses já passavam por grandes dificuldades, porém conseguiam superá-las através das lavouras de subsistência e também algumas cabeças de gado de leite mantidas em um pequeno pasto e tratadas com capim e cana-de-açúcar picadas, que podiam ser trocas por outra caso houvesse disponibilidade.

Conforme relata Senhora Regina da Silva, que nascera em Mandaguari em meados da década de 1960:

Nós trabalhô na roça de café prá podê pagá o financiamento no banco que o pai fez prá compra o sítio, o sítio tinha dois alqueires e meio, nessa época era eu, o pai a mãe e mais duas irmã e um irmão, eu tinha 8 anos e ia pra escola cedo e de tarde ia pro cafezal, chegava, só engolia a comida e ia direto pra roça e só vortava quando o sol entrava e assim foi até eu tira a quarta série, depois o pai não deixou mais eu estuda, tudo o dinheiro era pra pagá o sitio e comê, mais nós prantava tamém feijão, milho prá galinha, e nós sempre tinha umas vaquinha prá tirá leite[...], porque não podia deixá de pagá o banco, porque o pai pois o sítio do vô Emílio como garantia de pagamento, pagava no pazo de 12 anos e o juro era minúsculo, tinha o nome de "PLT" e nosso couro fico tudo lá prá paga o sítio, a nossa infância, nossa juventude. O serviço era duro e ainda tinha que rezá pra coieta sê boa e o preço tamém, porque se o preço tivesse ruim tinha que guarda o café e vendê depois quando o preço subisse, às vez tinha até duas safras guardada na túia (SILVA, 2016)⁵.

Em depoimento, a participante senhora Regina relata sua história dando ênfase no período em que viveu entre os anos de 1970 e 1973. Neste período as lavouras de café dariam

⁵ Sr^a Regina Silva nos concedeu sua entrevista em sua residência, localizada na zona urbana do município de Mandaguari, em 18 de Novembro de 2016.

as suas últimas safras, pois em dois anos a grande geada de destruiria totalmente todas as lavouras existentes no Estado do Paraná e principalmente as lavouras cafeeira, devido a sua sensibilidade ao clima. Conforme continua relatando a Senhora Regina da Silva o período de 1975 em diante é marcado por grandes dificuldades, pois, após a geada negra os pé de café tiveram que ser arrancados pela raiz.

A geada negra foi a coisa mais horrível, ficou tudo preto, até a raiz do cafezal ficou preta, tudo que era verde acabou, o gelo demorou três dias pra derete, nunca mais aconteceu um coisa daquela. E depois da geada tiveram que arrancar o café, ai foi só trabalho e mão-de-obra pra arrancá os pés de café de dois metros de altura, ai alguns mecanizaram e plantaram lavoura branca, soja, feijão, outros milho, nós mecanizamo e plantamos soja, mais veio a verrugem e acabou com tudo, depois plantamo mamona pra faze óleo, depois de uns três anos nois conseguimos compra umas mudas de café Catuaí, que é aquele café baxinho que produz dentro de dois anos (SILVA, 2016).

É evidente também que as transformações ocorridas no espaço agrário do Estado do Paraná, passa também por um processo que incorpora um novo modelo de produção, que no caso do Estado do Paraná só teve inicio após a Geada Negra que destruiu por completo as plantações de café, sendo assim obrigado a aceitar a introdução das lavouras mecanizadas como soja e milho, que já tinham sido introduzidas nos Estado de São Paulo e Rio Grande do Sul, por volta dos anos de 1960.

Houve resistência dos produtores de café do Norte do Paraná e por isso eles foram os grande responsáveis pela permanência das lavouras até meados dos anos 1970, que mesmo em crise só teve fim graças a grande geada, esse atraso na introdução deste modelo agrícola fez com que o Paraná superasse a fase de aprendizado que os Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul tinha passado, descartado assim as experiências que não surtiram efeito.

Este processo teve um grande impacto na vida da população paranaense, que literalmente da noite para o dia se vê obrigada a passar por intensas mudanças sociais devido a rapidez com que as transformações ocorreram.

Como esse novo modelo agrícola demandavam de grandes extensões de terras, sendo uma das características da modernização a eliminação da pequena propriedade é inevitável e com base em dados do IBGE pelo menos cem mil pequenos estabelecimentos desapareceram entre os anos de 1960 a 1980, sendo assim possivelmente aos médios e grandes estabelecimentos.

Este fato fez com o êxodo rural se tornasse cada vez mais forte, os trabalhadores foram obrigados a se deslocarem para os centros urbanos mais próximos, porém nem sempre

conseguiram trabalho e conseqüentemente eram obrigados a seguir e se aventurarem em cidades maiores, até mesmo em outros Estados. Como resultado tivemos o inchaço dos grandes centros, que cresciam desordenadamente.

Porém é evidente que existia um parcela dessa população que não tinham o menor desejo de se deslocarem do campo e ali permanecem até os dias atuais é o caso dos camponeses, tendo em vista que são o objeto desta pesquisa, no qual através de grandes batalhas travadas diariamente conseguiram permanecer no campo e dali retirarem seu sustento.

Neste sentido temos a entrevista do Senhor João Lopes⁶, que relata como se manteve em sua propriedade após as geadas de 1975.

Meu nome é João Lopes, tenho 89 anos, cheguei no município de Marialva em 1944 e lá permaneci até 1961, quando me mudei para Mandaguari e adquiri minha primeira propriedade, que tinha 5 alqueires e comecei a plantar apenas o café. Na época o café era vendido a preço de ouro e tinha a Cooperativa que comprava e beneficiava e ainda estocava o café de toda região. Durante todos esses anos foram mais de 17 geadas que nós passamos, mas a de 75 foi a pior, ela reduziu a lavoura à pó. Mas a geada negra não mudou em nada na minha vida, porque eu não tinha outra cultura e até hoje persistimos com o café. Mas fomos obrigados a investir em outras espécies, que produzem mais cedo, que era o café Catuaí, ela produz com apenas dois anos e tem um porte menor, é mais resistente ao frio. E foi desse jeito que consegui superar todas as dificuldades, junto com minha família, hoje já estamos na terceira geração e todas tem essa cultura como fonte de renda. Hoje temos quinhentos mil pés de café e fazemos todo o processo do café, até a industrialização, adquirimos mais algumas pequenas propriedades, também mecanizamos a produção e também compramos o café produzido aqui nos municípios vizinhos e hoje temos nossa própria marca, mas como desde o começo com a família como base e mão-de-obra. Tudo que conquistei até hoje devo ao café (LOPES, 2016).

A Geada Negra, foi um fenômeno climático que transformou a vida de milhares de pessoas no Estado, porém no município de Mandaguari é comum ainda encontrarmos muitas pessoas como o Senhor João que afirma que este fato não mudou em nada sua vida, porém existem casos em que a família muda radicalmente, ou seja, passou da lavoura cafeeira para a cultura de hortaliças, isso se deve ao tempo de produção.

É também neste período que ocorre a grande diversificação da agricultura, pois mesmo os camponeses que não estão filiados a uma cooperativa buscam meios de sobreviver a esta fase, a qual a cafeicultura deixa de ser o carro chefe da economia paranaense, e novos produtos são introduzidos como forma de produção e sobrevivência na pequena propriedade. Verbos no presente para ações que ocorreram no passado.

Algumas lavouras como a horticultura, fruticultura como os parreirais de uvas, as pastagens e a criação de gado leiteiro, até mesmo a produção de mamona, a soja, o milho e alguma pequena proporção que se arisca a produção de trigo, toda essa diversidade é resultado de um processo que sem dúvida vem do interior daquele que, com já foi dito anteriormente, não tinha outra cultura a não ser viver no campo e de lá tirar o sustento da sua família.

Neste período de transição entre a agricultura tradicional e modernização da agricultura, mesmo o camponeses que persistiam e continuavam no campo eram obrigados a modernizar a sua produção, pois só através de uma organização seriam capazes de continuar no campo. Neste sentido é de total importância a participação em uma cooperativa, que através de assistência técnica, auxilia e capacita os produtores através de políticas de treinamento e de profissionalização dos cooperados, sem contar com as vantagens na aquisição de equipamentos e insumos para a produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os fatos apresentados, concluímos a partir deste, que a geada acarretou mais do que o sumiço do café no Paraná, mais do que a queda na economia cafeeira, chegando ao ponto de até um êxodo de grande parte dos paranaenses para tentar uma outra vida em estados que na época se desenvolviam rapidamente na área agrícola como Mato Grosso e depois Rondônia.

Neste sentido, como a geada trata-se de um fenômeno natural, de certa forma previsível e conhecido geograficamente a sua ocorrência, atualmente, o estudo técnico das geadas permite o entendimento do fenômeno, descobrindo-se os pontos positivos e negativos que este exerce na natureza, tornando possível a adoção de técnicas que permitam a viabilidade de implantação de culturas que convivam, suportem, produzam e tragam retorno financeiro ao agricultor, mesmo em períodos suscetíveis a geadas em sua região.

Porém é absolutamente notável através de depoimentos aqui contidos, a presença de grandes latifúndios onde havia a predominância da agricultura cafeeira e a exploração da mão de obra através de arrendamentos, sendo que se o café deixasse de existir, eram obrigados a

⁶ SrJoão Lopes, em entrevista em sua residência, no sítio Boa Esperança, Mandaguari, em 27 de Outubro de 2016.

buscarem outras alternativas de sobrevivência e era só o que lhes restavam: introduzir novas variedades de culturas agrícolas. Tudo isso para continuarem inseridos no campo.

Em suma, a partir de 1975, nasceu um novo Norte Paranaense, mais urbano. Entretanto, graves problemas sociais são resultados desta mudança drástica, provocada pela introdução das monoculturas do milho e soja, que demandam grandes extensões de terras para que sejam produzidos, fazendo com que predomine os grandes latifúndios e cada vez mais aconteça a expulsão de camponês e dificultando a permanência da pequena propriedade no meio rural.

Pois essa concentração fundiária prejudica a produção de alimentos porque grandes propriedades, em geral, se voltam para a produção de gêneros agrícolas de exportação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ASSUMPÇÃO, Clóvis Edilberto. **Vocabulário Agrário**. Curitiba: Open English Course, 1996.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Evolução da População Maringense. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. **Querência do Norte: uma experiência de colonização e reforma agrária no Noroeste Paranaense**. Maringá: Massoni, 2002.

JORNAL, A Gazeta/Curitiba – IBGE – Ministério da Integração Nacional – INMET

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura Familiar**. 1. ed. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e Vida: a geografia dos camponeses no Norte do Paraná**. 2003. 430 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

PRADO JR., Caio. **A Questão Agrária**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI. **História**. Disponível em: <<http://www.mandaguari.pr.gov.br/pagina/555>>. Acesso em: 2016.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos orais:** do “indizível” ao “dizível”. In _____. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: CERU/FFLCH, 1983.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1991.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **O Processo de Colonização Agrícola no Brasil Contemporâneo.** Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. IV, n. 2, jul.-dez., 1989.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná.** 1991. 361f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1991.

SHANIN, Theodor. **A Definição de Camponês:** conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. Revista Nera, Presidente Prudente, Ano 8, n. 7, pp. 1-21, Jul./Dez. 2005.